

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho de residência
Maria Henriqueta Belga Ribeiro Soares.	Técnica superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas.	Ciências sociais e políticas.	Cascais.
Maria Laura Matos Moura Borges	Técnica profissional de 1.ª classe.	9 anos de escolaridade	Administrativa	Matosinhos.

(a) Pessoal abrangido pelo Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril.

30 de Novembro de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Rectificação n.º 1954/2006

Tendo-se constatado que o despacho n.º 25 036/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 6 de Dezembro de 2006, foi publicado com inexactidão, solicita-se a necessária correcção.

Assim, onde se lê «6 de Novembro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.» deve ler-se «22 de Agosto de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.».

11 de Dezembro de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 26 360/2006

Despacho de nomeação de Francisco José Parra Curinha no cargo de director de serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (cargo de direcção intermédia de 1.º grau).

1 — Através do aviso n.º 5477/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Maio de 2006, divulgado na bolsa de emprego público no mesmo dia e publicitado no jornal *24 Horas*, de 12 de Maio de 2006, foi aberto procedimento concursal para preenchimento do cargo de director de serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação (cargo de direcção intermédia de 1.º grau), do quadro do pessoal dirigente da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, aprovado pela Portaria n.º 1062/2000, de 31 de Outubro, com as alterações decorrentes do mapa n.º 2 anexo ao Decreto-Lei n.º 315/2001, de 10 de Dezembro.

2 — Mediante proposta fundamentada do júri do respectivo procedimento concursal e nos termos dos n.ºs 8, 9, e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de director de serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação o licenciado em Economia Francisco José Parra Curinha, pelos seguintes fundamentos:

a) Possui experiência técnica na área da actuação do cargo, decorrente da sua longa experiência profissional quer no cargo de director dos serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação, que já exerce em regime de substituição, quer de toda a sua actividade como técnico e dirigente em funções anteriores;

b) Possui longa experiência no exercício de funções dirigente e de técnico superior aduaneiro na DGAIEC, em área onde a cooperação foi desenvolvida intensamente nos últimos anos, nomeadamente no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

c) Detém um conjunto valioso de experiências e conhecimentos relativos ao contacto com os utentes dos serviços aduaneiros no âmbito da difusão da informação e do tratamento das reclamações;

d) Demonstrou possuir capacidade de liderança, de gestão e de inovação, bem como capacidade para desenvolver e promover o trabalho em equipa, elemento fundamental na área de actuação do cargo;

e) Revelou, atendendo aos seus profundos conhecimentos técnicos das atribuições do serviço em causa, um muito desenvolvido espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos, como é especialmente requerido para o desempenho do cargo em questão.

3 — A presente nomeação produz efeitos, a partir da data do presente despacho

4 — De acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

28 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Luís da Silva Laço*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional do licenciado Francisco José Parra Curinha

Dados pessoais:

Data de nascimento: 11 de Dezembro de 1951;
Naturalidade: Portalegre.

Formação académica:

Licenciatura em Economia pelo ISEG, 1981;
Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE, 1992.

Experiência profissional:

1984-1985 — ingresso e nomeação como funcionário do quadro técnico superior da então Direcção-Geral das Alfândegas, sendo actualmente titular da categoria de reverificador assessor principal;

1985-1998 — colocado na Direcção de Serviços de Nomenclatura, Política Pautal, Origens e Relações Externas, onde desempenhou funções nas áreas pautal e de nomenclaturas na preparação de pautas aduaneiras. Neste período foi representante da DGAIEC em vários comités da Comissão Europeia, nomeadamente o Comité da Nomenclatura Pautal e Estatística, o Comité Taric, o Comité da Agricultura e Química, o Comité Têxtil, o Comité de Coordenação com a OMA e o Comité do Sistema Harmonizado;

Secretário do Conselho Técnico Aduaneiro entre 1993 e 1998;

1999-2006 — chefe da Divisão de Nomenclatura e Gestão Pautal da DGAIEC. Neste período foi elaborado o Manual das Decisões de Classificação Pautal, implementada a Pauta de Serviço nas versões CD-Rom e Internet e relançado o grupo de trabalho dos países da CPLP sobre a nomenclatura do Sistema Harmonizado, com reuniões em Brasília, Lisboa, Luanda, Maputo e Praia;

Desde Fevereiro do presente ano vem exercendo, em regime de substituição, o cargo de director de serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação.

Outros elementos curriculares:

Participação em diversas acções de formação na área das nomenclaturas em Portugal, em países CPLP e na Ucrânia;

Participação na elaboração da Pauta Aduaneira de Timor-Leste;
Membro de júri de vários concursos da DGAIEC da carreira técnica e técnica superior;

Participação em seminários sobre temas aduaneiros que tiveram lugar em países da CE;

Participação na elaboração do livro *Direito Aduaneiro das Comunidades Europeias*;

Elaboração de trabalhos sobre a nomenclatura do Sistema Harmonizado, tendo colaborado em alguns artigos publicados na *Revista Alfândega*.

Despacho n.º 26 361/2006

Despacho de nomeação de Anabela Ferreira Pimentel Alves Carvalho no cargo de director de serviços de Tributação Aduaneira, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (cargo de direcção intermédia de 1.º grau).

1 — Através do aviso n.º 5419/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de Maio de 2006, divulgado na bolsa de emprego público no mesmo dia e publicitado no jornal *24 Horas*, de 10 de Maio de 2006, foi aberto procedimento concursal para preenchimento do cargo de director de serviços de Tributação Aduaneira (cargo de direcção intermédia de 1.º grau), do quadro do pessoal dirigente da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, aprovado pela Portaria n.º 1062/2000, de 31 de Outubro, com as alterações decorrentes do mapa n.º 2 anexo ao Decreto-Lei n.º 315/2001, de 10 de Dezembro.

2 — Mediante proposta fundamentada do júri do respectivo procedimento concursal e nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de director de serviços de Tributação Aduaneira a licenciada em Direito Anabela Ferreira Pimentel Alves Carvalho, pelos seguintes fundamentos:

- a) Possui ampla experiência técnica na área da actuação do cargo, decorrente da sua longa experiência profissional nesta Direcção-Geral;
- b) Possui longa experiência no exercício de funções dirigentes, quer no cargo de director de serviços de Tributação Aduaneira, que vem exercendo em regime de substituição, quer no cargo de chefe da Divisão de Origens e Valor Aduaneiro, daquela direcção de serviços;
- c) Detém um conjunto valioso de experiências e conhecimentos relativos à participação em seminários e reuniões técnicas internacionais e na elaboração de instrumentos técnico-normativos essenciais para o desenvolvimento da actividade das alfândegas e para esclarecimento dos operadores económicos;
- d) Demonstrou possuir capacidade de liderança, de gestão e de inovação, bem como capacidade para desenvolver e promover o trabalho em equipa;
- e) Revelou, atendendo aos seus profundos conhecimentos técnicos das atribuições do serviço em causa, um muito desenvolvido espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

4 — De acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

29 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Luís da Silva Laço*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Anabela Ferreira Pimentel Alves Carvalho

Dados pessoais:

Data de nascimento — 12 de Março de 1957;
Estado civil — casada.

Formação académica — licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1981.

Formação complementar — vários cursos de especialização, designadamente no âmbito da política de cooperação europeia, no processo da tomada de decisão na União Europeia, política comercial comum, formação de formadores e no âmbito da gestão da Administração Pública.

Experiência profissional:

Ingressou na então Direcção-Geral das Alfândegas, na carreira técnica superior aduaneira, em Março de 1984, sendo actualmente revalidadora assessora principal:

Desde Julho de 1996 é titular do cargo de chefe da Divisão de Origens e Valor Aduaneiro;

A partir de Novembro de 2005, vem exercendo, em regime de substituição, o cargo de director de serviços de Tributação Aduaneira.

Outros elementos curriculares:

Acompanhamento da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, sendo responsável pela negociação e aplicação de todos os regimes preferenciais e das suas medidas de adaptação, tendo em vista a aplicação e a implementação por Portugal dos acordos concluídos pela Comunidade com vários países terceiros.

Participação como técnica especialista nas duas presidências portuguesas da União Europeia.

Representante de Portugal, ao nível comunitário, em diversos trabalhos sobre a matéria de regras de origem, salientando, em particular, os seguintes:

Reuniões do Comité do Código Aduaneiro — Secção da Origem;
Reuniões do grupo de peritos CE/EFTA/PECO/Países Bálticos/Turquia;

Reuniões do grupo de trabalho de peritos CE/EFTA/PECO/Países Bálticos/Turquia/Países Mediterrânicos;

Reuniões do comité técnico das regras de origem da Organização Mundial das Alfândegas;

Acções de *monitoring* em vários Estados membros;

Seminários anuais de reflexão com todos os países que aplicam o sistema de acumulação pan europeia das regras de origem, no âmbito dos acordos comerciais celebrados pela Comunidade Europeia;

Participação no Comité do Código Aduaneiro — Secção do Valor Aduaneiro;

Participação no Grupo de Questões Económicas da Comissão Europeia, sendo responsável pela gestão dos contingentes, tectos pautais e vigilâncias comunitárias e pela aplicação da Pauta Aduaneira da Comunidade Europeia;

Intervenção em vários seminários sobre temas aduaneiros, nomeadamente no domínio do Mercado Único e os Países Terceiros;

Presidiu, a convite da Comissão Europeia, a vários grupos de trabalho no âmbito dos seminários sobre acumulação pan europeia, realizados em Brighton, Lubliana e Praga, e em vários seminários sobre regras de origem organizados pelo Instituto Europeu da Administração Pública para os países mediterrânicos.

Prestação de assistência técnica:

No âmbito do programa Phare, tendo efectuado duas missões na Hungria;

A funcionários das alfândegas da Roménia, da Síria e dos países de língua oficial portuguesa;

Aos países pertencentes à Comunidade Andina (Peru, Equador e Colômbia), no âmbito do Projecto Granadua.

Representante da Comunidade Europeia numa acção de duas semanas que teve lugar nas alfândegas dos Estados Unidos da América, sobre a classificação pautal das mercadorias;

Formadora na área da política comercial comum, origem das mercadorias e valor aduaneiro, sendo de salientar a desenvolvida na Escola de Hacienda Publica, em Madrid, no curso de formação de formadores dos países do Mercosul.

Autora de um artigo publicado na revista *Alfândega*.

Co-autora do livro *Direito Aduaneiro das Comunidades Europeias na Perspectiva da União Aduaneira*, publicado em Março de 1992, e do *Código Aduaneiro Comunitário Anotado*, 1994.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Portaria n.º 1930/2006

Considerando que a licenciada Maria de Tavares Lobato Guimaraes, técnica superior principal do quadro de pessoal do Museu de Aveiro, ocupa um lugar a extinguir quando vagar, criado pela Portaria n.º 219/97, de 13 de Maio, e requereu a sua transferência para o quadro de pessoal do Museu Nacional de Soares dos Reis;

Considerando o disposto no n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro;

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Cultura, que seja criado no quadro de pessoal do Museu Nacional de Soares dos Reis, constante do mapa anexo à Portaria n.º 929/87, de 9 de Dezembro, um lugar de técnico superior principal na carreira técnica superior, a extinguir quando vagar.

5 de Dezembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pela Ministra da Cultura, *Mário Vieira de Carvalho*, Secretário de Estado da Cultura.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Aviso n.º 13 798/2006

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por meu despacho de 11 de Dezembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de técnico especialista principal da carreira técnica do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas, do Ministério da Defesa Nacional, constante do anexo IV à Portaria n.º 1256/95.

O presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.